

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL - 09.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Casa Civil foi criada pelo Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, reestruturada pelo Decreto nº 33.583, de 16 de março de 2012, e alterada pelo Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015. Ainda, em 26 de outubro de 2015, outra reestruturação, por meio dos Decretos nº 36.839 e nº 36.840 - DODF nº 207 - suplemento-A, alterou sua denominação para Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal.

Em 2017 os Decretos de nº. 38.116, de abril de 2017 e de nº 38.456, de 30 de agosto de 2017, alteraram a estrutura da Casa Civil ao transformar a Comunicação Institucional e Interação Social da Governadoria do Distrito Federal em secretaria e ao transferir a Secretaria-Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável. O Decreto nº 38.593, de 31 de outubro de 2017, criou dentro da estrutura organizacional da Governadoria da Casa Civil do Distrito Federal a Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos do Distrito Federal.

A Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal é o órgão de apoio e assessoramento administrativo e político ao governador e tem atuação e competências nas seguintes áreas (Decretos nºs. 36.236/2015 e 36.840/2015):

- I - assessoramento direto ao governador em assuntos relacionados à coordenação e à integração de ações de governo;
- II - acompanhamento da gestão governamental da Administração Pública;
- III - coordenação e articulação político-governamental da Administração Direta e indireta;
- IV - publicação dos atos oficiais;
- V - análise das proposições a serem encaminhadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal ou por ela submetidas à sanção do governador;
- VI - análise das proposições de decreto encaminhadas à Governadoria;
- VII - gestão orçamentária e financeira da Casa Civil, do Gabinete do Governador e do Conselho de Governo;
- VIII - coordenação das relações institucionais com os demais poderes do Distrito Federal e com os poderes da República e dos governos estaduais e municipais;
- IX - articulação com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, inclusive no acompanhamento do processo legislativo;
- X - articulação com os demais entes da Federação, inclusive com o Congresso Nacional;
- XI - relações com a sociedade civil;
- XII - relações com entidades sindicais, categorias profissionais, movimentos sociais e do terceiro setor;
- XIII - promoção do desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal;
- XIV - fomento a projetos de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação tecnológica;
- XV - promoção de iniciativas de base tecnológica que contribuam para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal;

XVI – promoção e articulação do sistema distrital de educação profissional técnica.

A estrutura da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal, para o cumprimento de suas competências legais e execução de suas atividades, conta com as seguintes unidades centrais, Decreto nº 36.840/2015:

1. Gabinete
 - 1.1. Assessoria Especial
 - 1.2. Assessoria de Planejamento e Estratégia
 - 1.3. Assessoria Jurídico-Legislativa
 - 1.4. Assessoria de Comunicação
 - 1.5. Ouvidoria
 - 1.6. Unidade de Controle Interno
 - 1.7. Subsecretaria de Administração Geral
 - 1.8. Comissão Permanente de Apuração de Responsabilidade de Fornecedores e Servidores
 - 1.9. Comissão Permanente de Procedimentos Preliminares e Tomada de Contas Especial
2. Secretaria Adjunta da Casa Civil
 - 2.1. Subsecretaria de Políticas Públicas
 - 2.2. Subsecretaria de Atos Oficiais
3. Secretaria Adjunta de Relações Institucionais e Sociais
 - 3.1. Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal
 - 3.2. Subsecretaria de Relações Legislativas
 - 3.3. Subsecretaria de Articulação Federal
 - 3.4. Subsecretaria de Movimentos Sociais e Participação Popular
 - 3.5. Subsecretaria de Relações do Trabalho e do Terceiro Setor
4. Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação
 - 4.1. Subsecretaria de Programas Estratégicos
 - 4.2. Subsecretaria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
5. Secretaria Adjunta de Assuntos Legislativos

Vinculam-se, também, à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal, conforme Decretos de nº 36.236/2015 e de nº 36.840/2015:

- I – Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP;
- II – Conselho de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal;
- III – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal – CDES;
- IV – Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS;
- V – Arquivo Público do Distrito Federal;
- VI – Conselho de Governo.

A Casa Civil, a Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos do Distrito Federal, a Casa Militar e o Gabinete do Governador compõem a Governadoria do Distrito Federal, órgão de

apoio direto e imediato do governador. A gestão orçamentária e financeira desses órgãos compete à Casa Civil, conforme o Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015.

LEGISLAÇÃO

- Lei Distrital 236, de 30 de janeiro de 1992
- Decreto 33.583, de 16 de março de 2012
- Decreto 35.126, de 30 de janeiro de 2014
- Decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015
- Decreto 36.840, de 20 de outubro de 2015
- Decreto 37.299, de 29 de abril de 2016
- Decreto 37.303, de 29 de abril de 2016
- Decreto 37.627, de 15 de setembro de 2016
- Decreto 38.593, de 31 de outubro de 2017

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	64	31	11	3	109
Comissionados sem vínculo efetivo	113	0	258	0	371
Requisitados de órgãos do GDF	79	1	216	7	303
Requisitados de órgãos fora do GDF	3	0	18	0	21
Estagiários	0	49	0	0	49
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	90	0	0	90
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	259	171	503	10	943
(-) Cedidos para outros órgãos	0	18	0	0	18
Total Geral	259	153	503	10	925

A força de trabalho está distribuída entre Casa Civil, Governadoria, Casa Militar e Secretaria de Projetos Estratégicos, além dos estagiários e dos menores aprendizes distribuídos nesses órgãos. No gráfico a seguir a composição e o detalhamento da força de trabalho:



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	41.000,00	0,00	0,00	0,00
0021 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	41.000,00	0,00	0,00	0,00
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	13.000.000,00	42.240,00	42.240,00	42.240,00
3080 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL--DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	42.240,00	42.240,00	42.240,00
3081 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-SOLUÇÕES DE COMUNICAÇÃO DIGITAL-DISTRITO FEDERAL	12.000.000,00	0,00	0,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	22.519.334,00	5.978.161,00	5.978.160,63	5.978.160,63
8735 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-DISTRITO FEDERAL	11.500.000,00	1.769.266,00	1.769.265,97	1.769.265,97
8736 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	11.019.334,00	4.208.895,00	4.208.894,66	4.208.894,66
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.335.000,00	0,00	0,00	0,00
5761 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CASA DA CIDADANIA E FORMAÇÃO CIDADÃ-DISTRITO FEDERAL	102.000,00	0,00	0,00	0,00
5770 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-PROGRAMA BRASÍLIA CIDADÃ-DISTRITO FEDERAL	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00
5771 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CAPACITAÇÃO DE PESSOAS DAS INCUBADORAS SOCIAIS-DISTRITO FEDERAL	133.000,00	0,00	0,00	0,00
1988 - IMPLANTAÇÃO DE CASAS COMUNITÁRIAS	60.000,00	2,00	0,00	0,00
0002 - IMPLANTAÇÃO DE CASAS COMUNITÁRIAS--DISTRITO FEDERAL	60.000,00	2,00	0,00	0,00
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	36.955.334,00	6.020.403,00	6.020.400,63	6.020.400,63

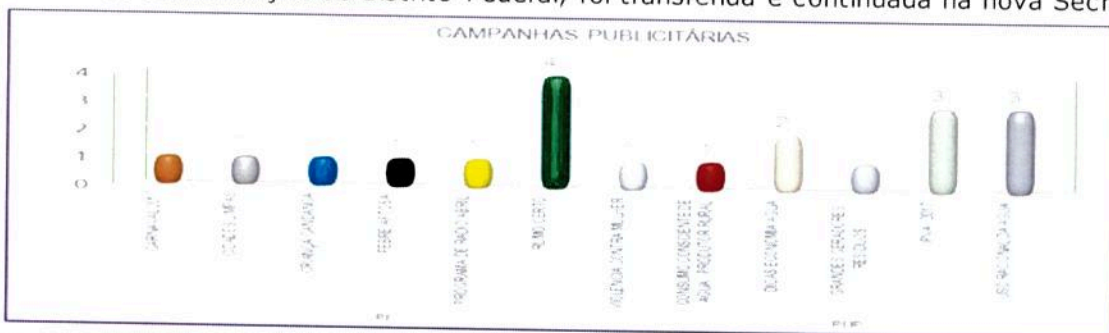
O Programa Gestão para resultados destina-se a promover a eficiência e a eficácia da máquina administrativa, visando ao equilíbrio fiscal e à gestão eficiente de recursos financeiros, orçamentários, humanos e tecnológicos, e a assegurar transparência no processo de planejamento e implementação de políticas públicas e ações do Governo.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal – CDES/DF, órgão de assessoramento direto do governador na formulação de políticas, indicações normativas e ações governamentais específicas ao desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, em 2017, promoveu reuniões com diversos setores representativos da sociedade civil e representantes do governo para debater os temas Água, Resíduos Sólidos, Dinamização da Economia, Educação como Plataforma para o Desenvolvimento, Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central e Uso e Ocupação do Solo.

As atividades de comunicação, foram coordenadas pela Comunicação Institucional e Interação Social da Governadoria do Distrito Federal, que se utilizou por meio de serviços de

clipping de mídia impressa e eletrônica, local e nacional, sobre matérias jornalísticas de interesse do Governo do Distrito Federal e do agenciamento de publicações um total de vinte campanhas publicitárias institucionais (PI) e de utilidade pública (PU) foram realizadas no período de janeiro a abril de 2017.

A execução orçamentária dos créditos destinados à comunicação social iniciou-se na Casa Civil e, com a edição do Decreto nº 38.116, de 6 de abril de 2017, que criou a Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal, foi transferida e continuada na nova Secretaria.



Destaca-se o cumprimento do disposto no parágrafo 9º do artigo 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que destina 10% do orçamento de publicidade do Poder Executivo para contratação de veículos alternativos de comunicação comunitária impressa, falada, televisiva e online, sediados no Distrito Federal.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1455 - TAXA DE EFETIVIDADE DA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, ATOS, FATOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	100	%	100	78,62	100	64,15	100	100	CASA CIVIL / UO 09101 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - A ausência de tecnologia suficiente para aferir todos os meios propostos em um plano de mídia impossibilitou o alcance dos resultados pretendidos. Os meios aferidos são: rádio, jornal, revista, televisão, possibilitando variações conforme o público selecionado. As avaliações mudam conforme os sistemas utilizados para aferir os resultados. Existem variações que podem alterar os resultados, como: período de exposição da mensagem, falhas técnicas, falhas na programação e situações adversas.</p> <p>2017 - A ausência de tecnologia suficiente para aferir todos os veículos em um plano de mídia impossibilitou o alcance dos resultados pretendidos. Os meios aferidos são: rádio, jornal, revista, televisão, entre outros, possibilitando variações conforme o público selecionado. As avaliações mudam conforme os sistemas utilizados para aferir os resultados. Existem variações que podem alterar os resultados, como: período de exposição da mensagem, falhas técnicas, falhas na programação e situações adversas.</p>									

À Subsecretaria de Relações do Trabalho e do Terceiro Setor compete subsidiar o Governo de Brasília no diálogo permanente com as entidades sindicais e as categorias profissionais;

(Assinaturas manuscritas)

coordenar ações que incentivem a capacitação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das entidades do Terceiro Setor; e coordenar as ações do Comitê Gestor Intersectorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal - CIISC/DF.

O Programa Brasília Cidadã, instituído oficialmente pelo Decreto nº 38.370/2017, fomenta a integração de políticas públicas, ações voluntárias, mecanismos de participação e controle social, tendo o cidadão como protagonista no desenvolvimento da cidade, com sustentabilidade, qualidade de vida e redução de desigualdades.

Por meio da plataforma eletrônica www.brasiliacidade.df.gov.br, órgãos de governo, organizações da sociedade civil, cidadãos em redes solidárias, inclusivas e colaborativas, e diferentes canais e instâncias de participação popular, controle social e cidadania.

O objetivo é fortalecer a cultura de solidariedade, cidadania, paz social e de pertencimento à identidade, à memória e ao patrimônio público. Nesse sentido, o Portal do Voluntariado é etapa importante do programa Brasília Cidadã que visa a integrar, valorizar, reconhecer e estimular ações de voluntariado da cidade, formando e fortalecendo redes solidárias mediante plataforma interativa que funciona como rede social ao conectar perfis de interesse com oportunidades de serviços voluntários. Em 2017, o Portal registrou 12.700 voluntários cadastrados, 245 projetos com oportunidades de participação de voluntários, além de 27 campanhas e atividades de doação.

Devido ao contingenciamento dos recursos orçamentários, o 2º Fórum Brasília Cidadã previsto para ocorrer no exercício de 2017 foi adiado para o exercício seguinte. A proposta do Fórum é reunir órgãos e servidores públicos, dirigentes de organizações da sociedade civil (OSCs), voluntários e cidadãos, para fortalecer as redes, oferecer capacitação, promover o debate, definir as prioridades das OSCs e fomentar as ações de interesse público.

A fim de garantir o início do ciclo de capacitação de voluntários e de entidades da sociedade civil, foi realizado, no dia da assinatura do decreto que regulamentou o programa, o Seminário Brasília Cidadã. Esse evento contou com a apresentação de painéis sobre: parcerias entre Estado e sociedade civil, Marco Regulatório, mapa das OSCs do Distrito Federal e Portal do Voluntariado. Cerca de 400 pessoas, entre dirigentes de entidades e voluntários, participaram do evento.

Em outubro, para dar continuidade à capacitação de voluntários, o Programa Brasília Cidadã deu início às inscrições do curso a distância (EAD) Tecnologia Social – Voluntariado, por meio de parceria com a Secretaria-Adjunta de Trabalho da Sedestmidh, dentro do programa Qualifica Mais Brasília, com 110 participantes.

Destacou-se, também, a capacitação de integrantes das incubadoras sociais, com objetivo de fortalecer a atuação de organizações da sociedade civil do Distrito Federal, mediante orientação, capacitação e assessoria técnica sobre o Marco Regulatório do Terceiro Setor, o qual passou a reger as parcerias entre a Administração Pública e tais organizações, com base na Lei Federal nº 13.019/2014, regulamentada no Distrito Federal por força do Decreto Distrital nº 37.843/2016.

Mesmo sem execução orçamentário-financeira, a Subsecretaria de Relações do Trabalho e do Terceiro Setor, vinculada à Secretaria-Adjunta de Relações Institucionais e Sociais da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, iniciou parte das atividades do programa de capacitação, em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal – Egov, sendo realizados 12 cursos presenciais, com habilitação de 380 servidores de secretarias e demais órgãos de governo que mantem termos de parcerias com organizações da sociedade civil. Ainda, foi desenvolvido e lançado em outubro de 2017 um curso a distância (EAD) sobre Gestão de Organizações da Sociedade Civil, por intermédio da Secretaria-Adjunta de Trabalho da Sedestmidh, dentro do programa Qualifica Mais Brasília, com participação de 193 pessoas.

A Subsecretaria de Movimentos Sociais e Participação Popular visa democratizar a construção de políticas de participação popular, por meio da promoção de encontros



presenciais entre governo e representantes de entidades e movimentos sociais.

Destaca-se que os mecanismos de aperfeiçoamento do Estado – capacitação de pessoas da Casa da Cidadania e Formação Cidadã - constituem-se em espaços de cooperação e integração social que viabilizam iniciativas de organização e empoderamento popular. Em função da racionalização de recursos financeiros, não houve realizações em 2017. Em destaque, entre outros eventos para promover a participação popular, destacam-se:

- organização do II Encontro de Líderes Comunitários;
- suporte na organização e implementação do Idjovem no Distrito Federal, por meio da organização de eventos em Planaltina, Ceilândia, Recanto das Emas e Santa Maria;
- mobilização para eventos do Governo, destacando a Roda de Conversa;
- encaminhamento de demandas relacionadas a prefeituras comunitárias e associações de moradores;
- realização do 2º Encontro de Movimentos Sociais e o Governo de Brasília;
- mobilização para o evento do Brasília Cidadã, com a presença de mais de 500 militantes da questão agrária e do movimento popular;
- participação e acompanhamento em todas as reuniões preparatórias do Fama – Fórum Alternativo Mundial da Água;
- criação do Pacto Pela Paz na Terra.

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1.000,00	0,00	0,00	0,00
4523 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS, CICLIVIAS, REFORMAS, MOBILIÁRIO PÚBLICO, PAISAGISMO E REPLANTIO- PLANO PILOTO .	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	2.000,00	0,00	0,00	0,00
3214 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-PROJETOS DE ARQUITETURA, URBANISMO E COMPLEMENTARES- DISTRITO FEDERAL	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00
9823 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS- CONSTRUÇÃO DA SEDE DA GOVERNANÇA DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL- PLANO PILOTO .	5.000,00	0,00	0,00	0,00
3226 - IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	251.000,00	0,00	0,00	0,00
2705 - IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL-- DISTRITO FEDERAL	251.000,00	0,00	0,00	0,00
4210 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	2.000.000,00	442.172,16	442.172,16	442.172,16
0004 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL--DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	442.172,16	442.172,16	442.172,16
1176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL	1.005.000,00	0,00	0,00	0,00
9324 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL-- PLANO PILOTO .	1.005.000,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2998 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO	4.701.000,00	3.922.587,12	3.872.618,30	3.872.618,30
0004 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO-- PLANO PILOTO .	4.701.000,00	3.922.587,12	3.872.618,30	3.872.618,30
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
6047 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-EVENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
4091 - APOIO A PROJETOS	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
5833 - APOIO A PROJETOS-PROMOÇÃO DO INTERCÂMBIO E DIFUSÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
5832 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0322 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL-PROJETO PARQUE TECNOLÓGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	10.965.000,00	4.364.759,28	4.314.790,46	4.314.790,46

Alavancar o eixo econômico da Capital Federal com investimentos na melhoria do ambiente de negócios é condição primordial para que se obtenha excelente nível de atratividade, como os principais destinos de investimentos do país. Políticas de desenvolvimento sustentável, de geração de trabalho, emprego e renda e de inovação suprem a capital do país com condições singulares para atrair negócios e investimentos ao centro do País.

Com as tratativas para a captação de recursos em operação de crédito destinada ao financiamento do Projeto Orla Livre, não foi realizado aporte de recursos em obras de urbanização, pavimentação de vias e paisagismo.

O contingenciamento de recursos resultou em sobrestamento dos programas de tecnologia, inovação e inclusão digital, coordenados pela Secretaria-Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação, não sendo realizado diretamente pela Casa Civil nenhum dispêndio financeiro no ano de 2017.

O Planetário de Brasília, espaço destinado a exposições permanentes e temporárias, com temas ligados à astronomia e a ciências correlatas, atende a estudantes da Educação Básica, do Ensino Superior e ao público em geral. Possui um projetor do modelo Spacemaster, fabricado pela alemã Carl Zeiss Jena, e é capaz de simular em uma cúpula de 12,5m de diâmetro e 1.000m³ de volume todos os fenômenos astronômicos que somos capazes de observar à vista desarmada. Em 2017 o número total de visitantes mensal girou em torno de 5.700 pessoas, entre estudantes e público em geral. No tocante à gestão, opera contratos de manutenção periódica dos equipamentos de projeção, além de gastos com infraestrutura e fornecimento de energia elétrica, água e esgoto.

Da missão de criar políticas, de forma integrada, que contribuam para o desenvolvimento econômico e tecnológico do Distrito Federal, sob a coordenação da Secretaria-Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação, surgiu o projeto de rede metropolitana, com tecnologia sem fio, ou wireless, como início de programa de inclusão digital e modernização do Estado.

Em consonância com as diretrizes estratégicas, o Governo de Brasília deve ampliar sua presença, com serviços de inclusão digital, telecentros, banda larga e wi-fi para a população, e gerar economia com a convergência e padronização de tecnologias.

O projeto Sinal Livre é uma iniciativa do Governo do Brasília destinada a promover a democratização do acesso à informação, garantindo acesso gratuito à internet sem fio (wi-fi), com qualidade e disponibilidade em áreas públicas de relevante circulação de pessoas.

Além da disponibilização de acesso à Internet em áreas públicas, essa plataforma confere ao Governo de Brasília oportunidade de aproximação com o cidadão, utilizando a rede como canal de comunicação direta, como oferta de serviços públicos, divulgação de campanhas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

institucionais e de utilidade pública. Também permite ao Governo aferir a efetividade de suas ações de comunicação.

O projeto Sinal Livre, quando em pleno funcionamento, atendeu diariamente, em média, 20.000 pessoas, principalmente na Rodoviária do Plano Piloto e nas Estações Central, Galeria, Feira do Guará e Águas Claras, do Metrô-DF.

A Secretaria-Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação mantém contrato de Serviço de Comunicação de Dados com acesso à Internet Banda Larga (wi-fi).

Ainda há de se destacar o Parque Tecnológico BioTIC, que assume o papel de principal polo de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Distrito Federal. Ele viabilizará a instalação de diversas empresas do setor de CT&I e de instituições de pesquisa e centros de informação e armazenamento de dados.

Formada pelos segmentos de software, hardware e serviços, a indústria de TI responde por 5,2% do PIB nacional. Em 2013, as empresas brasileiras faturaram US\$ 62 bilhões, o que representa crescimento de 11% comparado a 2012. Muito embora os números confirmem perspectiva de crescimento, é determinante reconhecer a necessidade de mobilizar esforços no sentido de promover alternância na matriz de desenvolvimento local, consolidando a vocação econômica do DF na formação de "indústrias limpas", intensivas em inovação e mão de obra qualificada.

Nesse contexto, muito mais que um grande empreendimento imobiliário, uma verdadeira cidade tecnológica será criada dentro da capital brasileira para oferecer ecossistema de cooperação e geração de negócios entre empresas, universidades e centros de pesquisa. O BioTIC será um parque tecnológico com foco na inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Biotecnologia, aplicadas a setores como biotecnologia, nanotecnologia, saúde, cosméticos, energia, agricultura, segurança, entre outros.

A composição da Governança do BioTIC é a mesma estipulada no Decreto nº 32.730, alterado pelo Decreto nº 38.215. Contudo deve-se atentar para a reestruturação administrativa realizada pelo Decreto nº 38.456, de 30 de agosto de 2017, o qual transferiu a estrutura da Secretaria-Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal - Caci à Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável - SDE (atualmente Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia - Sedict).

A entrega da obra do Edifício Sede da Governança FAP-DF está prevista para o primeiro semestre de 2018.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1490 - ESPAÇO PÚBLICO DO DF ATENDIDO COM INTERNET WIFI GRATUITA	10	UNIDADE	12	0	22	0	32	36	SAD CIENCIA, TEC, INOV/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Considerando que o Projeto WI-FI sofre com entraves orçamentárias, não foi possível a ampliação da rede de cobertura. Vale ressaltar que há a dificuldade para manter em pleno funcionamento a rede existente. Todavia, tanto os contratos de manutenção existentes e futuros, quanto o modelo de gestão e ampliação da rede estão em fase de revisão e resolução.</p> <p>2017 - Falhas no funcionamento da rede, tornando o sistema instável. Ações de melhoria estão sendo implantadas pelas SACTI/SEDICT, dentre elas a licitação dos serviços de suporte e manutenção que visam garantir a disponibilidade e bom funcionamento da rede wi-fi.</p>									
1491 - START-UPS INSTALADAS NO PARQUE TECNOLÓGICO	0	UNIDADE	50	0	75	0	125	200	SAD CIENCIA, TEC, INOV/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Considerando que o Projeto Parque Tecnológico encontra-se em fase de definição do modelo de gestão e implantação, não há o que se falar em implantação de start-ups dentro do escopo do Parque neste momento. O objetivo é que, após a inauguração da Sede da Governança do Parque tecnológico, seja possível dar continuidade ao apoio às start-ups e as inserir efetivamente dentro do contexto do parque.</p> <p>2017 - Em 2017, para alavancar o projeto a SACTI foi transferida para a SDE, hoje SEDICT, Dec. nº 38.456_2017; o Comitê de Governança e a FAP-DF trabalha na definição do termo de referência de um Agente de Inovação, e encontra-se em processo de criação a subsidiária da TERRACAP, BIOTIC S/A.</p>									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
Assim ainda não foi possível a implantação das start-ups.									

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.000,00	1,00	0,00	0,00
9546 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- PLANO PILOTO .	1.000,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1.000,00	1,00	0,00	0,00

A meta é assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental, com a certeza da proteção do meio ambiente para as gerações futuras, destacando as ações que garantam fornecimento de energia elétrica, eficiência energética e diversificação da matriz, a fim de adaptar e mitigar as mudanças climáticas. As agendas relativas a mudanças climáticas, energia solar e eficiência energética constituem oportunidades ao desenvolvimento sustentável do DF.

Em 2017, em face das tratativas para captação de recursos, via operação de crédito internacional para financiamento do Projeto Orla Livre, não foram realizados dispêndios financeiros com a ampliação da rede que circunda o Lago Paranoá.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2512 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	20.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
2516 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES	60.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES--DISTRITO FEDERAL	60.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	80.000,00	0,00	0,00	0,00

O programa destina-se a promover a defesa e a garantia dos direitos humanos, assegurando a cidadania plena, por meio da oferta de informações e serviços integrados com qualidade, e a implantar políticas públicas voltadas à inclusão social e econômica.

A Coleta Seletiva Solidária foi instituída pela Lei distrital nº 4.792, de 24 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a separação e a destinação final dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública direta e indireta do

Distrito Federal.

Assim, o Governo de Brasília, por meio da Subsecretaria de Relações do Trabalho e do Terceiro Setor - Subtrats, coordena a campanha de estímulo à implantação da Coleta Seletiva Solidária no GDF, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e o Serviço de Limpeza Urbana - SLU, com ações de sensibilização dos demais órgãos, para que os servidores públicos e prestadores de serviço atentem para a importância e os benefícios de fazer o descarte correto dos resíduos sólidos gerados nos espaços institucionais, sendo essa iniciativa um importante instrumento dentro da política de inclusão social e econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, os quais recebem em doação os materiais descartados e contribuem para a diminuição dos impactos ambientais provocados pela disposição inadequada dos resíduos.

Embora não tenha ocorrido execução orçamentária-financeira, foram realizadas ações para potencializar a Coleta Seletiva Solidária, que não se mostrava efetiva em todos os órgãos do GDF, principalmente pelas dificuldades enfrentadas pelos órgãos para atender aos dispositivos do decreto anterior. Então, foi editado o Decreto nº 38.246/2017, a fim de aperfeiçoar a implementação e a ampliação das ações de coleta seletiva como, por exemplo, a previsão de instituir Comissão de Gestão da Coleta Seletiva em cada órgão e os procedimentos para distribuir materiais coletados, os quais passaram a ser regulamentados pelo SLU, deixando de ser "obrigação" de cada órgão fazer a seleção da associação / cooperativa, que dificultava a doação dos materiais coletados.

Nesse contexto, também foi realizado o Encontro de Multiplicadores de Coleta Seletiva Solidária no Distrito Federal, no mês de julho de 2017, que reuniu servidores de 83 órgãos e entidades da administração pública distrital, ocasião em que os representantes governamentais foram orientados acerca dos procedimentos para implementar e potencializar as ações de Coleta Seletiva Solidária nas respectivas Unidades Administrativas.

Para acompanhar e gerenciar a implantação e a execução da Coleta Seletiva Solidária na administração pública distrital, a Secretaria da Casa Civil iniciou em 2017 o desenvolvimento de sistema informatizado, a ser disponibilizado no exercício de 2018, a todos os órgãos/entidades envolvidos, com expectativa de que se tenham, em tempo real, informações atualizadas sobre as ações desenvolvidas e sobre os impactos e resultados alcançados.

A coordenação da implantação do Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores é executada no âmbito do Comitê Intersetorial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal - CIISC/DF, instituído pelo Decreto nº 34.329/2013, por meio de diálogo com os catadores e de articulação e acompanhamento sistemático das ações realizadas por outros órgãos de governo que executam políticas setoriais.

Destaca-se como resultado dessa ação o atendimento, pela Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - Sedestmidh, de 900 catadores no programa Agente de Cidadania Ambiental, com repasse de bolsa no valor mensal de R\$ 300,00 para cada beneficiário que participasse de 12 horas mensais de capacitação ou de atividades voltadas à reciclagem e ao meio ambiente. Também foram contemplados 600 adolescentes, de 15 a 17 anos, filhos de catadores, no programa Caminhos da Cidadania, com bolsa auxílio de R\$ 190,00.

Outro ponto de destaque: a seleção de mais 7 cooperativas/associações de catadores pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, para fazer a triagem e/ou coleta seletiva em rotas específicas.

Como uma das ações desenvolvidas no Plano de Inclusão, foi assinado, com representantes das cooperativas/associações que atuam no Aterro Controlado do Jóquei (Lixão da Estrutural), um Termo de Compromisso para encerramento das atividades irregulares naquele local. As 8 cooperativas/associações que ali atuavam foram transferidas para 5 galpões com máquinas e equipamentos de proteção individual, para que possam realizar seu trabalho com segurança e salubridade, além de serem contratadas para prestar serviço de triagem dos materiais da coleta seletiva, com pagamento por tonelada comercializada,



como forma de incrementar a renda dos associados.

Nesse sentido, o governo elaborou - e foi validado pelos catadores - o Modelo de Gestão dos Centros de Triagem. Também foi editada a Lei nº 5.893/2017, a qual criou o Programa de Compensação Financeira Temporária aos catadores do Aterro Controlado do Jóquei, que passaram a trabalhar nos galpões cedidos às cooperativas/associações: Em 2017, 80 catadores receberam o auxílio mensal de R\$ 360,75 e a expectativa é que esse número chegue a 1.200 catadores em 2018, quando todos estiverem atuando nos galpões.

Mediante acordo de cooperação técnica com o Ipea, foi disponibilizada a plataforma digital www.mapaosc.ipea.gov.br, intitulada de Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Qualquer cidadão pode consultá-la. O objetivo da ferramenta é oferecer facilidades para que a população contribua com o monitoramento da aplicação dos recursos e do serviço ofertado por meio dessas organizações.

Por fim, a Subtrats coordenou a articulação com entidades sindicais e categorias profissionais, com o objetivo de recepcionar as reivindicações dos sindicatos e associações dos servidores do Distrito Federal e de apoiar as secretarias e entidades do Governo de Brasília em busca de soluções pactuadas para o atendimento das reivindicações. Foram realizadas 86 reuniões em 2017, nas quais alcançou-se, dentre outras conquistas, a alteração de nomenclaturas de carreiras e a elaboração de projetos de leis/decretos, sem impacto orçamentário-financeiro, para atender a diferentes demandas das categorias.

Também foi realizado em parceria com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ciclo de Debates, com a participação de representantes de sindicatos e de diferentes categorias laborais, quando foram discutidas as temáticas de reestruturação das carreiras e de avaliação de desempenho dos servidores.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1539 - COLETA SELETIVA IMPLANTADA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GDF		%	10	10	30	30	30	30	SAD REL INST E SOCIAIS/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Implantação da Coleta Seletiva Solidária em 10 órgãos, sendo eles: Gabinete da Governadoria e respectivas Assessorias; Comunicação Institucional e Interação Social; Casa Civil; Casa Militar; Secretaria das Cidades; Secretaria de Mobilidade; Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria Adjunta de Políticas para Igualdade Racial e a Secretaria Adjunta de Promoção dos Direitos Humanos da SEDE; Controladoria Geral do DF; Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF.</p> <p>2017 - Dando prosseguimento às ações para potencializar a Coleta Seletiva Solidária, destaca-se o "Encontro de Multiplicadores de Coleta Seletiva Solidária no Distrito Federal" que reuniu servidores de 83 órgãos e entidades da administração pública distrital. Ainda, foi publicado o Decreto nº 38.246/2017, a fim de aperfeiçoar os procedimentos para implementação e ampliação das ações de coleta seletiva e a distribuição dos materiais coletados que passaram a ser regulamentados pelo SLU.</p>									

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	1.001.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU-DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA- PLANO PILOTO	1.001.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	1.001.000,00	0,00	0,00	0,00

Jogst

M

Incentivar, fomentar e difundir a cultura como direito fundamental do cidadão é tão importante quanto voto, moradia, alimentação, saúde e educação. O programa Capital Cultural compreende a cultura em toda a sua diversidade e sob perspectiva integrada, envolvendo Brasília e Entorno, com base em concepção que considera a cultura, em suas dimensões simbólica, cidadã, artística, educativa, patrimonial e econômica, como vetor estratégico à inovação e ao desenvolvimento do Distrito Federal. Por meio de política específica, o Governo de Brasília fortalece e protege o patrimônio cultural, consolidando-o como sistema de participação social na gestão da política pública para museus, espaços e equipamentos culturais.

Em 2017 foi assinado o Contrato nº 10/2017-Caci, para organização de licitação na modalidade Concurso Público Nacional de Arquitetura e Urbanismo para construção do Museu de Ciência e Tecnologia.

O Decreto nº 38.456, de 30 de agosto de 2017, publicado no DODF nº 168, de 31/8/2017, transferiu para a Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável a estrutura, as atribuições e os recursos da SACTI, o que resultou na sub-rogação do referido contrato.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	3.500.000,00	746.648,00	399.026,74	399.026,74
0047 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-- DISTRITO FEDERAL	3.500.000,00	746.648,00	399.026,74	399.026,74
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.100.000,00	22.248.431,00	22.173.331,16	8.103.036,67
7101 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- DISTRITO FEDERAL	6.100.000,00	22.248.431,00	22.173.331,16	8.103.036,67
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	9.600.000,00	22.995.079,00	22.572.357,90	8.502.063,41

Os Programas para Operação Especial compõem um conjunto de ações governamentais destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação do governo.

A Câmara de Governança Orçamentária, no ano de 2016, após tomar conhecimento da real situação das contas públicas pendentes de quitação, com o intuito de produzir ambiente institucional necessário a promover equilíbrio financeiro e orçamentário e a dar estabilidade e sustentabilidade à execução das políticas públicas por parte do Distrito Federal, elaborou cronograma de pagamento das despesas contraídas em exercícios anteriores, segundo prioridades e relevâncias sociais, visando a honrar todos os compromissos assumidos pelo Governo de Brasília.

Diante desse cenário e em face do desequilíbrio econômico-financeiro vivido pelo país e pelo Distrito Federal, adotou-se política austera de redução e contenção de gastos, com vista ao saneamento do déficit financeiro, o que implicou suspensão do pagamento de licenças-prêmio, de forma a assegurar o equilíbrio fiscal e a garantir a capacidade de investimento do governo.

Em 2017 pagou-se a licença prêmio a dois servidores que se aposentaram em fevereiro/2016. Restam 16 servidores que fazem jus ao benefício conversão de licença-prêmio em pecúnia e aguardam a disponibilidade orçamentária e financeira para o

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

pagamento.

Foi efetuado o pagamento de indenizações e de restituições a servidores (acertos de contas, auxílio maternidade), bem como o ressarcimento da remuneração e encargos sociais de servidores cedidos à Casa Civil no exercício de 2017.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1767 - PROMOÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM ÂMBITO INTERNACIONAL	400.000,00	97.810,00	78.831,34	77.831,34
0001 - PROMOÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM ÂMBITO INTERNACIONAL--EXTERIOR	400.000,00	97.810,00	78.831,34	77.831,34
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	50.000,00	1,00	0,00	0,00
2520 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-CASA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	1,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1.335.042,00	2,00	0,00	0,00
5312 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO .	1.335.042,00	2,00	0,00	0,00
2578 - CERIMONIAL DO GOVERNADOR	1.200.000,00	102.445,00	47.049,23	47.049,23
0006 - CERIMONIAL DO GOVERNADOR--DISTRITO FEDERAL	1.200.000,00	102.445,00	47.049,23	47.049,23
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.007.540,00	7.400,00	7.400,00	0,00
6046 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FEIRAS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS-DISTRITO FEDERAL	1.007.540,00	7.400,00	7.400,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	66.928.045,00	60.972.410,00	60.784.542,42	60.764.526,04
8804 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	66.928.045,00	60.972.410,00	60.784.542,42	60.764.526,04
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	4.600.000,00	2.830.702,00	2.687.276,31	2.687.258,38
9623 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	4.600.000,00	2.830.702,00	2.687.276,31	2.687.258,38
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	22.600.705,00	4.762.685,00	3.579.826,20	3.256.434,89
9699 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	17.685.705,00	2.476.603,00	1.957.560,95	1.815.848,74
9700 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-RESIDÊNCIA OFICIAL-ÁGUAS CLARAS	605.000,00	455.535,00	197.678,84	184.934,18
9701 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇOS DE SEGURANÇA-DISTRITO FEDERAL	4.310.000,00	1.830.547,00	1.424.586,41	1.255.651,97
9051 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0007 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS-- EXTERIOR	100.000,00	0,00	0,00	0,00
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	400.644,00	0,00	0,00	0,00
2540 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	400.644,00	0,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.000.000,00	662.644,00	662.643,32	545.158,60
2562 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--	1.000.000,00	662.644,00	662.643,32	545.158,60

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
DISTRITO FEDERAL				
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1.280.000,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00
2386 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	1.280.000,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00
2901 - MODERNIZAÇÃO E EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL	5.472.332,00	3.196.723,00	1.303.489,76	1.143.489,76
0003 - MODERNIZAÇÃO E EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL-CASA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	5.472.332,00	3.196.723,00	1.303.489,76	1.143.489,76
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	100.500,00	0,00	0,00	0,00
9722 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CASA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	100.500,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	106.474.808,00	72.638.622,00	69.156.858,58	68.527.548,24

Os programas de gestão, manutenção e de serviços ao Estado agrupam um conjunto de ações orçamentárias destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental. Visam a prover os diversos órgãos da estrutura direta do Governo de Brasília dos meios administrativos necessários à implantação e gestão das ações responsáveis pela geração de bens e serviços ofertados à sociedade. Em sua estrutura, a área de pessoal, eventos e a manutenção dos serviços administrativos gerais e operacionais.

As atividades que envolvem embaixadas, órgãos e autoridades estrangeiras que visitam o Distrito Federal e/ou as missões internacionais do governador do Distrito Federal são coordenadas pela Assessoria Internacional. Para isso, mantém contratos específicos de prestação de serviços, cujas realizações em 2017 serão demonstradas a seguir:

- tradução de protocolo de intenções na versão português x francês para assinatura de acordo de cooperação internacional entre o GDF e o Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF, para o projeto Mulheres Líderes: gestão e leadership;
- tradução consecutiva na versão português x inglês x português por ocasião da visita de representantes da Universidade do Arkansas/EUA, recebida pela Terracap;
- tradução consecutiva na versão português x inglês x português para atender ao Gabinete do Governador por ocasião de reunião com representantes da Universidade do Arkansas/EUA;
- tradução consecutiva na versão inglês x português x inglês para atender ao Gabinete do Governador, por ocasião de reunião com representantes de empresas de Fundo Internacional;
- tradução consecutiva versão português x inglês x português, para atender à solicitação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal;
- tradução de documento na versão inglês x português e francês x português para atender à demanda da Assessoria Internacional, com finalidade de serem inseridos no processo da contratação da Escola Nacional de Administração da França, para realização do curso Mulheres Líderes.

José

M

As ações promovidas sem ônus para o erário no exercício de 2017 foram:

- articulação junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do DF e à Escola de Administração da França - ENA, com o objetivo de realizar treinamento sobre liderança feminina;
- seguimento das tratativas junto ao MRE/ADMC, para qualificação do Centro Internacional de Referência em Água e Transdisciplinaridade - Cirat, como categoria II, junto à Brasunesco/Paris;
- articulação junto à Corporação Andina de Fomento, de candidatura para apoio de R\$ 237.977,60 (duzentos e trinta e sete mil novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos) para a realização do projeto da Administração Regional do Lago Norte intitulado Conservação das Águas do Bioma Cerrado Nativo: Desenvolvimento Social e Comunitário para Fomento à Produção de Alimentos Orgânicos;
- articulação junto à Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura - OEI e à Corporação Andina de Fomento - CAF, acerca do projeto Mulheres Inspiradoras, da Secretaria de Estado de Educação do GDF, incluindo a atuação para realização da Cerimônia de Assinatura de Comunicado de Intenções entre GDF, OEI e CAF;
- divulgação e publicidade das ações internacionais do Governo do Distrito Federal, bem como articulação com a Comunicação Social do Governo e com a imprensa externa (publicações no Portal da Assessoria Internacional e nas mídias sociais);
- acompanhamento do processo iniciado entre o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), organismo multilateral, que tem enfoque nas operações de pequenos e médios projetos de desenvolvimento, com montante de aproximadamente US\$ 30 milhões, com especial interesse nas desigualdades básicas, econômicas das zonas mais vulneráveis, e a Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, a Seplag e a Seagri;
- agendamento e realização de reuniões de avaliação do programa Embaixadas de Portas Abertas, com a Secretaria de Educação;
- assessoramento na organização de evento promocional da Feira AgroBrasília, junto às embaixadas sediadas na capital.

Para o exercício de 2018, a Assessoria Internacional pretende desenvolver as seguintes atividades:

1. Fórum Brasília: Cidade Internacional - evento que vai apresentar os resultados estratégicos da Assinter, mostrar e analisar os achados do processo consultivo, desenvolvido com o intuito de fazer emergir, junto a partes interessadas do governo, elementos relativos à identidade internacional de Brasília.
2. Mulheres Líderes - curso de formação ministrado pela Escola Nacional de Administração da França, que trará novas e relevantes perspectivas à abordagem de gênero na administração pública distrital.
3. Oficinas ODS e Vulnerabilidades - projeto de localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nas escolas e comunidade da população do Distrito Federal,

por meio de pesquisa socioeducacional e de articulação de atores do meio acadêmico, escolas e comunidades.

4. Programa Embaixadas de Portas Abertas (Pepa) – intercâmbio cultural entre alunos da rede pública de ensino de Brasília e representações diplomáticas no Brasil. As atividades fazem parte do programa Criança Candanga, conjunto de políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência em Brasília.

Em 2017 não houve participação financeira do Governo de Brasília em organismos internacionais.

Cabe ao Cerimonial do Governador organizar, supervisionar e acompanhar os eventos, solenidades e recepções oficiais programadas na agenda dele, referentes aos diversos órgãos do Governo, bem como às demandas externas. Para tal, mantém contratos específicos, que custeiam gastos com fornecimento de coroas fúnebres destinadas a autoridades e a personalidades da sociedade civil e de arranjos florais ofertados a autoridades, embaixatrizes, em solenidades ou datas comemorativas. Ainda, mantém contrato de serviços de impressão de fichas/cartão com brasão, utilizados para nominatas, e de cartões de cumprimentos, além de pastas para discursos e documentos, e pastas para assinatura de documentos em eventos.

A realização de eventos/feiras, congressos e conferências no ano de 2017 foi prejudicada pelo contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros promovida no governo, com vista a sanear as finanças do Distrito Federal. Destarte, a execução se restringe ao reconhecimento de dívidas referentes ao exercício de 2014.

No exercício de 2017, a Coordenação de Gestão de Pessoas geriu uma folha de pagamento composta por servidores da Casa Civil, Casa Militar e Governadoria, e demandou recursos orçamentários na ordem de R\$ 64,76/milhões, destinados ao custeio de salários, encargos sociais e benefícios.

Reconhecendo na capacitação o processo que promove o crescimento profissional dos servidores, com objetivo de valorizar, motivar e qualificar a força de trabalho, desenvolveu ações que resultaram na realização de 627 oportunidades de capacitação. Ressalte-se que os cursos foram custeados pela Escola de Governo do Distrito Federal – Egov e pela Casa Civil.

QUANTITATIVO DE CAPACITAÇÃO/DESENVOLVIMENTO ANO 2017				
ÓRGÃO	CAPACITAÇÃO (Formação Continuada)		DESENVOLVIMENTO (Seminários, Palestras, Encontros, Congressos, Fórum)	
	Interno	Externo	Interno	Externo
Governadoria	115	1	2	22
Casa Militar	1	0	0	0
Casa Civil (total geral)	365	7	35	79
SUAG	160	7	9	56
Total Individual	481	8	37	101
Subtotal	489		138	
Total Geral	627			

A fim de dar visibilidade, transparência e conhecimento dos procedimentos utilizados na Coordenação de Orçamento e Finanças da Casa Civil, foram realizados encontros denominados Ciclos Orçamentários, abordando os seguintes temas:

- PPA/LDO/LOA - com a participação de 51 servidores; e
- Classificação de Receita e Despesa e Análise Programática (QDD) - com a participação de 34 servidores.

De forma semelhante, a Coordenação de Gestão de Pessoas da Casa Civil, organizou encontros abordando os seguintes temas:

- Nomeação, Posse e Cadastro - com a participação de 23 pessoas;
- Benefícios: Férias, Abono Anual, Afastamentos e Licenças - com a participação de 23 pessoas; e
- Aposentadorias e Pensões - 24 servidores participaram do treinamento.

Com o objetivo de aperfeiçoar a redação dos servidores da Casa Civil, foi ministrado por servidor da própria Caci, o Curso de Português Participaram do treinamento 37 servidores.

Em virtude da implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informação, foi promovida a capacitação dos servidores, com o seguinte resultado:

- 201 servidores da Casa Civil;
- 101 servidores da Governadoria; e
- 1 servidor da Casa Militar.

O X Congresso Consad de Gestão Pública teve o número de participantes abaixo:

- 52 servidores da Casa Civil; e
- 6 servidores da Governadoria.

O curso Iniciação à Informática, com o objetivo de promover a inclusão digital a servidores da Diretoria de Transporte da Casa Civil, foi ministrado por instrutor da própria Caci e contou com a participação de 8 servidores daquela diretoria.

Outras ações, em 2017, foram desenvolvidas pela Coordenação de Gestão de Pessoas da Casa Civil, para melhorar a integração e a qualidade de vida dos servidores.

Dia Internacional da Mulher

O evento, realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, celebrou o Dia Internacional da Mulher e proporcionou um espaço para discussão, reflexão e conscientização da importância da mulher na sociedade.

2º Encontro de Integração da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais

Com o intuito de integrar os servidores da Caci e de informar as atividades desenvolvidas pela casa aos servidores, além de celebrar os resultados alcançados no último ano e de buscar as metas de 2017, foi realizado o 2º Encontro de Integração da Casa Civil, no dia 10/5/2017, no auditório da Imprensa Nacional.

Dia Nacional do Homem

Com o objetivo de promover um dia de atenção à saúde masculina, foi celebrado no dia 14/7 o Dia do Homem, voltado aos servidores da Casa Civil e da Governadoria, no Salão Nobre do Palácio do Buriti.

Dia da Criança

Em uma manhã de descontração, com diversas atividades oferecidas pelo Planetário de Brasília, no dia 11/10 foi comemorado o Dia da Criança, para os filhos de servidores da

Casa Civil.

Palestra do Iprev

Abordagem detalhada da Lei Complementar nº 932/2017 – que instituiu o regime de previdência complementar do Distrito Federal e reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, realizada no Salão Nobre do Palácio do Buriti, para os servidores da Casa Civil.

Confraternização de final de ano – Celebre 2018

A festa de confraternização dos servidores da Casa Civil, da Governadoria e da Casa Militar, foi organizada por uma comissão de servidores de diversas áreas e contou com a participação de bandas integradas por servidores e food trucks.

Ginástica laboral

É desenvolvida nos vários setores da Casa Civil e Governadoria, coordenadas por quatro estagiários de Educação Física, contratados junto ao CIEE.

Para suprir as necessidades administrativas gerais da Casa Civil, da Governadoria e das Secretarias-Adjuntas, são mantidos contratos de serviços de manutenção de máquinas e equipamentos, aquisição de materiais, serviços de telefonia, serviços de fornecimento de energia elétrica e água e de tratamento de esgoto.

Ao longo do exercício foi realizado pagamento de dívidas de exercícios anteriores. Por descentralização de créditos orçamentários para UO 59.103 – Administração Regional do Plano Piloto, destinados a cobrir despesas com as comemorações cívicas do 7 de Setembro em Brasília.

À Casa Militar da Governadoria do Distrito Federal, compete planejar e coordenar a execução de serviços de manutenção, conservação, limpeza e mordomia da Residência Oficial do Governador. Para tanto, mantém contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais.

Ainda, sob o comando da Casa Militar, está a coordenação e execução dos Serviços de Segurança que atende às demandas da Governadoria, conforme disposto no Decreto nº 36.842, de 26 de outubro de 2015. Nesse sentido, executa contratos de manutenção, fornecimento de combustível e seguro para aeronave de transporte do Governador, bem como outros contratos de manutenção das instalações e equipamentos do Palácio do Buriti.

Ainda, com base no inciso V do art. 4º do Decreto nº 13.771/92, realiza despesas com alimentação, transporte e hospedagem do Governador do Distrito Federal em viagens oficiais, por meio de suprimento de fundos de caráter secreto e reservado.

A Coordenação de Tecnologia da Informação – CTEC, da Subsecretaria de Administração Geral da Casa Civil, tem a missão de prover apoio tecnológico à Casa Civil e seus órgãos vinculados, à Governadoria e à Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos.

O apoio tecnológico prestado pela CTEC compreende a disponibilização e manutenção de infraestrutura e equipamentos de Tecnologia da Informação, o desenvolvimento e manutenção de sites e sistemas institucionais, bem como o suporte operacional aos usuários das diversas unidades administrativas da Caci e dos órgãos vinculados, por meio de assistência técnica especializada, respeitando as diretrizes, padrões e normas vigentes.

Destaca-se que a CTEC tem a responsabilidade de desenvolver e manter o Portal do Governo de Brasília e os sítios institucionais dos órgãos da Administração Direta do DF, além de orientar, capacitar e dar suporte aos administradores dos sítios institucionais no que diz respeito à tecnologia da informação, conforme dispõe o Decreto nº 37.085, de 27 de janeiro de 2016.

O contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros no ano de 2017 impediu a realização de investimentos em modernização de sistema da informação, todavia, com a utilização de recursos próprios, ao longo do ano, a Coordenação desenvolveu e estimulou a

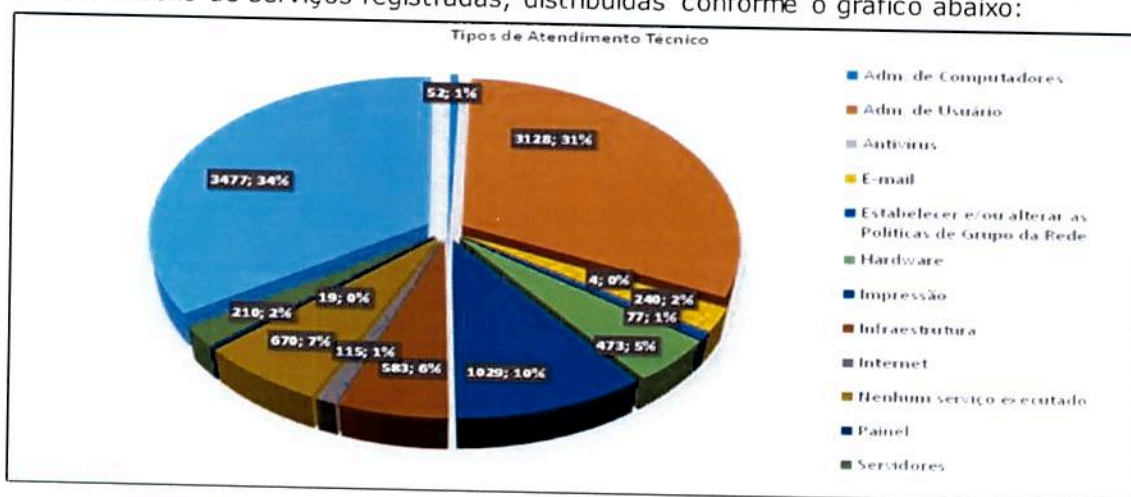
19/08



produção de sites e aplicativos com vista à disponibilização de serviços e informações digitais, em que se distinguem:

- desenvolvimento do novo Portal de Comunicação e Serviços Internos (Intranet);
- desenvolvimento do site Inova Brasília (www.inovabrasilia.df.gov.br);
- desenvolvimento dos portais das secretarias;
- desenvolvimento dos portais das administrações indiretas, autarquias e empresas públicas;
- desenvolvimento Hotsite Bilhete Único de Brasília (www.bilheteunicodebrasil.df.gov.br);
- evolução e manutenção de serviço para análise de logs de acessos no serviço de wi-fi, impressão e compartilhamento de arquivos;
- criação de wi-fi exclusivo para transmissão de live (Facebook);
- disponibilização do sistema de agenda para Terracap.

Ainda, executou contrato de impressão e disponibilização de impressoras multifuncionais para apoio aos órgãos que compõem a Casa Civil, o qual, por conta da sub-rogação no ano de 2016, teve o valor reduzido. As atividades de suporte técnico, em 2017, somaram 10.077 ordens de serviços registradas, distribuídas conforme o gráfico abaixo:

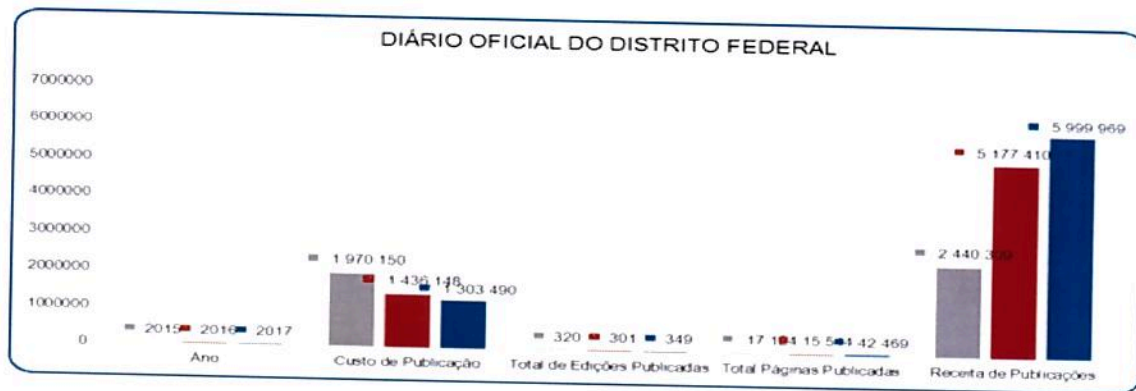


Note-se que, em 2017, houve um aumento de 45% das ordens de serviços (OS). Isso se deve ao fato de que os usuários estão registrando seus chamados por meio eletrônico, somando à intensificação do uso do SEI e ao envelhecimento do parque computacional.

O Diário Oficial do Distrito Federal é a ferramenta utilizada para dar publicidade aos atos e decisões do poder público distrital, atendendo diretamente ao art. 19 da Lei Orgânica, que versa sobre o princípio da publicidade, e ao art. 37 da Constituição Federal de 1988. A publicação é sistemática, eficiente e eficaz, para atender à necessidade do Governo de Brasília e dos órgãos de gestão pública. No gráfico a seguir os resultados da ação:

José

M



Os serviços de editoração e disponibilização digital do DODF são realizados por meio de convênio firmado no ano de 2016. Em 2017 o contrato de editoração e disponibilização eletrônica do jornal custou aos cofres públicos R\$ 1,3 milhões.

A partir de 12 de novembro de 2016, o veículo oficial, que dá transparência a todos os atos governamentais do Poder Executivo no DF, passou a ser totalmente digital, ou seja, sem a versão impressa. Com a certificação digital, o jornal eletrônico passou a ter validade de documento oficial, facilitando a vida dos usuários. Além de reduzir custos, tanto para o governo quanto para a população, a medida é ecologicamente sustentável, já que toneladas de papel deixaram de ser consumidas.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

À Assessoria da Subsecretaria de Administração, unidade administrativa de staff, diretamente subordinada ao Subsecretário de Administração Geral, cabe elaborar e controlar as comunicações oficiais, acompanhar os processos de viagens e de pagamento de diárias aos servidores da Governadoria, da Casa Militar e da pasta, e assistir o subsecretário, entre outras competências.

A delegação de competências ao Secretário de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal para autorizar o deslocamento dos servidores está fundamentada no inciso II do art. 2º do Decreto nº 36.496, de 13/8/2015, bem como nos arts. 37 e 38 do Decreto nº 37.437, de 24/6/2016.

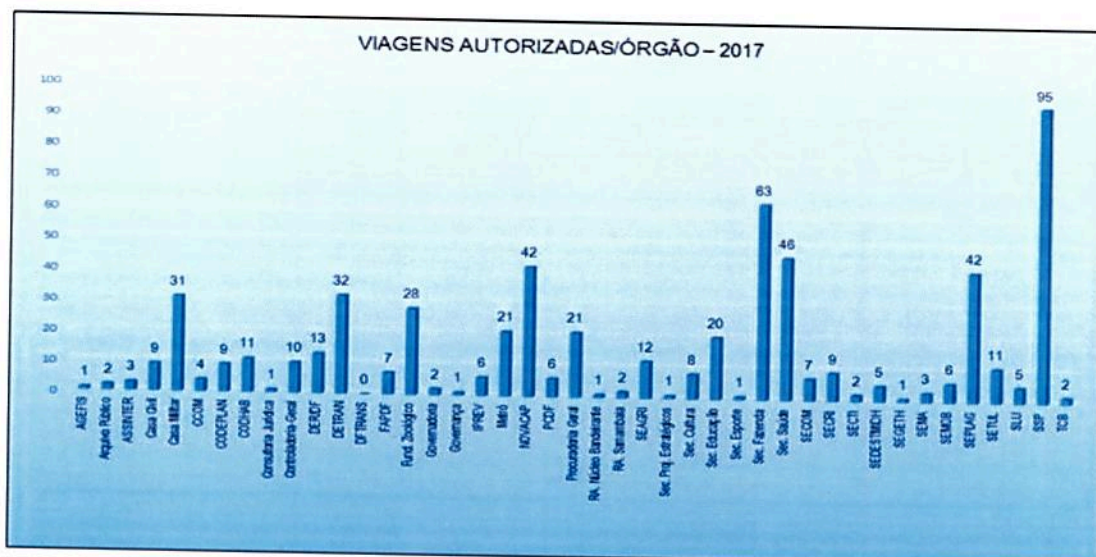
As autorizações de viagens que impliquem gastos à Administração Pública, no que se refere ao custeio de diárias e passagens, ou seja, com ônus total para o Governo de Brasília, devem ser instruídas, observando o disposto no Decreto nº 37.121, de 16/2/2016, que dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Governo de Brasília.

Na sequência são apresentados as tabelas e os gráficos referentes aos deslocamentos de servidores:

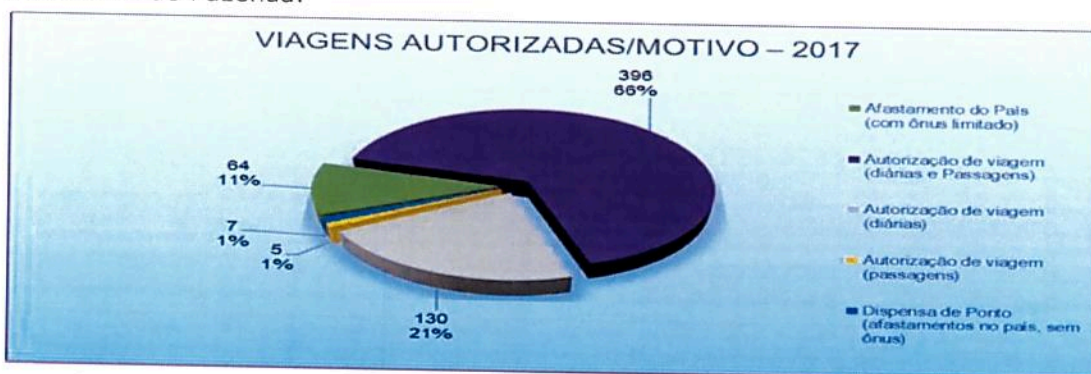
[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]



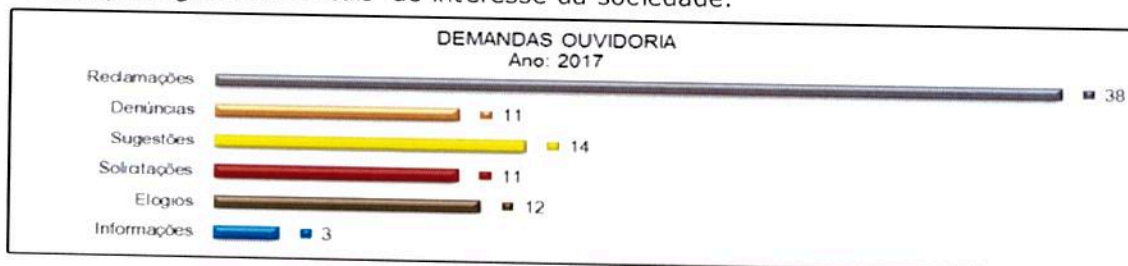
Observa-se que entre os órgãos do GDF com maior demanda de deslocamentos de servidores, no exercício de 2017, destacam-se: a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Fazenda.



No gráfico anterior, observa-se que a maior parte dos deslocamentos dos servidores, deu-se em função de autorizações de viagem para cumprimento de atos de serviço, com diárias e passagens custeadas integralmente pelo Governo do Distrito Federal.

A Ouvidoria da Casa Civil está a serviço da população de Brasília, para ouvir, orientar, criar vínculos, auxiliar no controle e monitoramento das ações de governo e facilitar a comunicação entre cidadão e governo. É espaço constituído para garantir a participação popular, a transparência, além de auxiliar na eficiência da prestação dos serviços públicos. Sua atuação busca a excelência no atendimento ao cidadão, em atenção aos princípios administrativos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A Ouvidoria, em parceria com a Assessoria de Comunicação - Ascom e com a Subsecretaria de Administração Geral – Suag, somou esforços para construção, compilação e alimentação de dados para o Portal da Transparência Ativa. O resultado é que, pelo segundo ano consecutivo, a Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais foi laureada por atingir o índice de 100% de divulgação no Portal da Transparência, site que reúne informações governamentais de interesse da sociedade.



legat

[Handwritten signature]

A Ouvidoria é responsável pela gestão e monitoramento da Carta de Serviço Digital da Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais. Em 2017 foram alcançadas 100% das metas estabelecidas na construção da linguagem cidadão, para melhor entendimento da sociedade.

As demandas de informações foram atendidas dentro dos prazos determinados pela Lei 4.990/2012 e pelas orientações técnicas da Controladoria-Geral do Distrito Federal, com 100% de transparência, em busca da eficácia e da eficiência dos serviços prestados.

A Assessoria Jurídico-Legislativa- AJL, órgão de assessoramento jurídico da Casa Civil, no uso de suas atribuições, efetuou o controle de prazos e acompanhamento de decisões do TCDF e de minutas de respostas ao TCDF, à PGDF e ao MPDFT.

A Assessoria atuou na consulta informal sobre minutas de atos normativos e consultivos (portarias, decretos, projetos de lei) e no cumprimento de decisões judiciais e seus efeitos. Realizou atividades referentes ao tema de licitações, contratos, convênios e instrumentos afins, bem como instauração de processos disciplinares, análises jurídicas realizadas nos processos disciplinares, análise dos relatórios finais apresentados pelas comissões.

Coube também à AJL a análise da regularidade formal e processual das Medidas Administrativas Internas anteriores à Tomada de Contas Especiais (MAI) e relatórios conclusivos de Tomadas de Contas Especiais e afins.

Ao longo do exercício, foram analisados 56 processos de apuração de conduta de servidor, sendo 28 sindicâncias, 9 sindicâncias punitivas e 19 processos administrativos disciplinares (PAD), além de um processo administrativo de responsabilização.

A Secretaria-Adjunta de Assuntos Legislativos faz a mediação das relações políticas e o encaminhamento das questões do Poder Executivo junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Importante ressaltar que todas as atividades promovidas na CLDF em 2017 foram acompanhadas de forma pormenorizada, de modo a auxiliar o processo legislativo, a fim de que as políticas públicas e os planos de governo fossem plenamente executados, em conformidade com os mecanismos de planejamento elaborados pelo Poder Executivo.

Em 2017, o Poder Executivo encaminhou para análise e apreciação da CLDF:

- 91 proposições, entre projetos de lei, projetos de lei complementar e outros;
- 372 mensagens, incluindo as de sanções, vetos e outros.

Do total de temas que necessitavam de apreciação e votação nas comissões temáticas e consequentemente em plenário, 74 foram aprovados, índice de aproveitamento bastante significativo. Além disso, foram recebidas, pela Secretaria Adjunta, 4.279 indicações e 1.292 requerimentos de informações.

Entre as matérias de cunho financeiro, econômico e de ajuste na arrecadação, foram encaminhados à CLDF e aprovados:

- autorização para contratação de operações de crédito;
- revisão do Plano Plurianual (PPA);
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Lei Orçamentária Anual (LOA);
- alteração que garantiu a prioridade na tramitação dos procedimentos administrativos para pagamentos de vantagens e direitos em pecúnia aos servidores do DF;
- projeto de lei complementar que aprovou a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – Luos;
- instituição do Programa de Ensino Médio em Tempo Integral no Distrito Federal;
- projeto que autorizou o Poder Executivo a criar o Instituto Hospital de Base do

Júlia

14

Distrito Federal - IHBDF;

- projeto de lei complementar que instituiu o regime de previdência complementar do Distrito Federal e reestruturou o Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais.

À Coordenação de Logística compete coordenar a política de material, patrimônio, protocolo, arquivo e transporte; propor estratégias de ação, controle e redução de custos; acompanhar o sistema de registro de preços, com previsão de gastos com materiais de consumo, permanente e serviços; e supervisionar as atividades de administração patrimonial dos bens móveis e imóveis, de serviços de patrimônio, de serviços gerais, de documentação e arquivo, transporte, material, compras e almoxarifado.

No atual cenário de escassez econômico-financeira, o Governo de Brasília tem adotado medidas para controle de despesas públicas, consubstanciadas nos Decretos Distritais nº 36.757/2015 e 37.121/2016, racionalizando as aquisições de materiais, bem como as contratações de serviços necessárias à manutenção das suas atividades.

Diversas ações foram implementadas para o cumprimento da missão institucional, com maior eficiência e eficácia nos procedimentos licitatórios sob sua supervisão. A Corte de Contas do DF tem exigido nesses procedimentos, sobretudo nos processados pelo Sistema de Registro de Preços, justificativas detalhadas para o incremento nos quantitativos verificados nas demandas dos órgãos participantes, acompanhadas das respectivas memórias de cálculos (Decisão TCDF nº 3.139/2015).

Os serviços de recebimento e de controle físico de estoques foram aprimorados, com mais segurança e redução de custos dos estoques. Com a Ordem de Serviço nº 02-Seplag, de 14 de março de 2016, passaram a ser cobrados do Governo de Brasília inventários físicos trimestrais de almoxarifado, além do relatório anual.

Sob a regência da Diretoria de Transportes, foram envidados esforços para controle da frota de veículos, com gestões para otimização de saídas e diminuição do consumo de combustível.

A Diretoria de Patrimônio e Serviços Gerais desenvolve ações como controle e movimentação de bens, acompanhamento da execução dos serviços de manutenção e recuperação dos bens móveis e imóveis da Caci. A carga patrimonial da Casa Civil compreende 6.175 itens de mobiliário em geral. Todos os bens móveis constantes da Carga Geral da Casa Civil estão sob a responsabilidade de seus usuários, conforme Termo de Guarda e Responsabilidade devidamente assinado.

Ao final do exercício constavam na carga patrimonial apenas dois imóveis, sendo:

1. Granja Modelo nº 05 - destinado à Residência Oficial de Águas Claras, com todas as edificações;
2. Edificações situadas na Quadra 14, Lote 28, Sobradinho, com termo de cessão de uso para OAB/DF.

Na gestão documental, composta pelas atividades de arquivo e de protocolo, constam acervos dos órgãos absorvidos pela Casa Civil, segundo os Decretos nº 36.839/2015 e 36.840/2015, com processos e documentos diversos para consulta. Além dessas atribuições, os integrantes da Diretoria, também, atuam no monitoramento da carta de serviços da pasta, junto ao Comitê Gestor de Credenciamento e Segurança da Informação da Casa Militar e na implantação do Sistema Eletrônico e de Informações - SEI, e acompanham a execução dos contratos de serviços de correios e de fornecimento de jornais e revistas.

Compete à Coordenação de Orçamento e Finanças controlar e coordenar a execução orçamentária, financeira e de contabilidade da Casa Civil e das secretarias-adjuntas. Ela

1987

M

coordena e acompanha os processos de elaboração do Plano Plurianual-PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e da Lei Orçamentária Anual-LOA.

O exercício de 2017 foi marcado por contingenciamentos de recursos orçamentários, desafiando os ordenadores de despesas a fazerem mais com menos. Nesse cenário desafiador, a Casa Civil encerrou suas atividades com resultados significativos na gestão dos recursos orçamentários.

A Coordenação contribuiu para otimizar a gestão da execução orçamentária no decorrer do exercício. Os dados são disponibilizados no Portal da Transparência, após atualização das etapas programadas no Sistema de Acompanhamento Governamental-SAG/Siggo, o qual detalha a execução orçamentária de 19 etapas referentes às ações sob a coordenação e execução da UO 09.101- Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal.

Detalhamento da execução orçamentária e financeira				
Exercício 2017				
Natureza da Despesa	Lei (LOA_2017) (R\$)	Despesa Autorizada (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)
- Pessoal e Encargos Sociais	76.428.045,00	83.967.488,00	83.356.900,32	69.266.589,45
- Outras Despesas Correntes	88.454.911,00	21.616.369,28	18.371.233,41	17.829.031,75
- Investimentos	194.186,00	435.007,00	336.273,84	269.181,54
- Total	165.077.142,00	106.018.864,28	102.064.407,57	87.364.802,74

O registro da execução e a movimentação dos créditos orçamentários são efetuados no Sistema Integrado de Administração Contábil - Siac/Siggo, por meio de notas de empenho, de notas de lançamento e de previsões de pagamento. Em 2017, foram emitidas 1.363 notas de empenho (empenho, reforço e anulação de empenho); 3.708 notas de lançamento (liquidação de notas fiscais, ajustes de conciliações, estornos, acertos contábeis, transferências patrimoniais, inscrições em contas contábeis, inscrições e baixas contratuais); e 2.073 previsões de pagamento, destinadas à realização dos desembolsos financeiros da Pasta. Foi promovida alteração da programação orçamentária e da programação financeira, suplementando e alterando o Quadro de Detalhamento de Despesa-QDD, por meio de Notas de Crédito Adicional.

Foram envidados esforços para o pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores referentes a serviços, investimentos e ressarcimentos de salários de servidores cedidos por outros órgãos, durante os exercícios de 2014 e 2015. O reconhecimento de dívidas, regulamentado pelos Decretos nºs 37.121/2016 e 37.594/2016, foi executado conforme o quadro abaixo:

Detalhamento da execução orçamentária e financeira				
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Pagas no exercício de 2017				
Natureza da Despesa	Lei (LOA_2017) (R\$)	Despesa Autorizada (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)
- Pessoal e Encargos Sociais	-	1.325,00	1.324,26	1.324,26
- Outras Despesas Correntes	-	802.597,00	802.593,02	685.252,25
- Investimentos	-	196.238,00	196.238,00	196.238,00
- Total	-	1.000.160,00	1.000.155,28	882.814,51

Soma-se a essas atividades o atendimento aos órgãos de fiscalização internos e externos. Foram várias respostas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, para sanar deficiências operacionais, prestar informações adicionais ou para responder aos questionamentos apresentados em processos de tomadas de contas. De forma complementar, desenvolveu atividades de gestão, acompanhamento, análise e orientação na execução de contratos de serviços públicos.

Foi realizado ainda, o acompanhamento, o controle e a conciliação contábil das contas de natureza orçamentária, financeira e patrimonial do órgão, a fim de atender ao disposto na Lei nº 4.320/64 e às Normas de Contabilidade Internacional. Por fim, subsidiou a elaboração da LDO-2018 e elaborou a proposta orçamentária da Casa Civil, LOA-2018, com vista a compor o orçamento desse exercício. Para tal, cadastrou ações, programas e valores

ppst

[Handwritten signature]

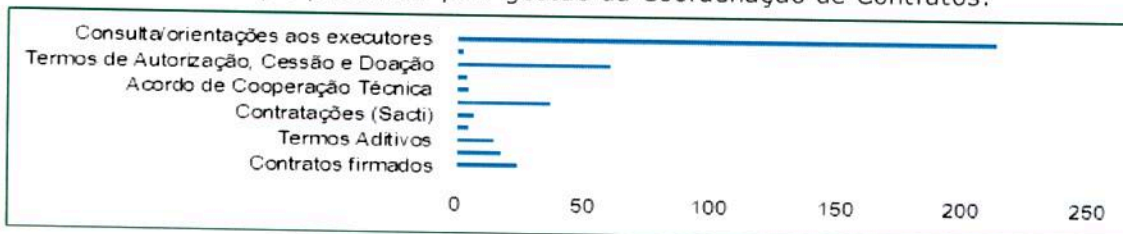
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

necessários ao atendimento das demandas deste órgão no próximo exercício.

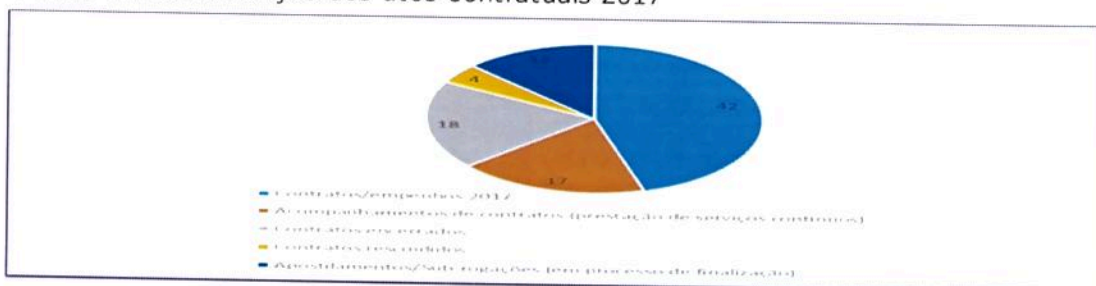
A Coordenação de Administração e Controle de Contratos tem como objetivo principal dar suporte, especialmente, à gestão das atividades dos órgãos internos, vinculados direta ou indiretamente à Pasta, e à estrutura da Governadoria do DF, no que tange às contratações pretendidas e/ou realizadas, para atender às demandas de produtos e de prestação de serviços. Ao longo de 2017, a Coordenação gerenciou 216 instrumentos contratuais, entre eles, contratações para aquisição de materiais e de prestação de serviços.

O gráfico a seguir estratifica as tipologias contratuais e quantifica os processos que estão em andamento ou que passaram pela gestão da Coordenação de Contratos:



O panorama da gestão contratual no exercício de 2017 é expresso no gráfico 2, que contém contratos firmados, acompanhamento de contratos de prestação de serviços contínuos (prorrogados em razão de termos aditivos), contratos encerrados, contratos rescindidos e sub-rogações/apostilamentos.

Gráfico 2: Estratificação dos atos contratuais 2017



O acompanhamento de 17 contratos de prestação de serviços contínuos, ainda que não tenham sido formalizados no ano de 2017, carece de ações diversas, sejam elas de prorrogação, acompanhamento da execução e do saldo, ou de encerramento.

Ao longo de 2017, somaram 96 formalizações de contratos, assim estratificados: 24 contratos novos, 37 contratos de receita (DODF), 18 notas de empenho e 17 contratos para acompanhamento. Desses, 15 resultam de termos aditivos, 18 foram encerrados e 4 rescindidos amigavelmente. Ao final do exercício haviam 71 contratos vigentes, sendo: 35 de despesas e 36 de receita.

Cabe destacar que, em que pese ao encerramento de 18 contratos, novos processos foram autuados no Sistema SEI pela área demandante, para atender à continuidade da prestação de serviços ou da aquisição de bens, o que alimenta o dinamismo do quantitativo de contratos ao longo do ano.

E, por último, há que se destacar o acompanhamento da execução contratual mediante orientações aos executores. Foram realizados encontros com os executores de contratos, conforme recomendado pelo Controle Interno, quando orientações, legislações e decisões do TCDF foram divulgadas com o objetivo de aprimorar a execução dos contratos.

A Unidade de Controle Interno - UCI acompanha e controla a execução financeira, concomitante a gestão do órgão, com o objetivo de evitar ocorrências de impropriedades.

A análise dos processos gerou, dentre outros produtos, 46 notas técnicas e 19 check lists de reconhecimento de dívida. A unidade assessorou as diversas unidades orgânicas da Secretaria da Casa Civil nos assuntos relativos ao controle interno.

Entre as atividades realizadas no exercício de 2017 podemos descrever:

J. Costa

M.

1. orientações preventivas aos gestores da Secretaria da Casa Civil, contribuindo para identificação antecipada de riscos e adoção de medidas e estratégias da gestão, voltadas à correção de falhas, ao aprimoramento de procedimentos e ao atendimento do interesse público;
2. acompanhamento das recomendações da Controladoria-Geral do Distrito Federal e as Decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal concernentes às atividades da Secretaria, assessorando os gestores responsáveis e o Excelentíssimo Senhor Secretário da Casa Civil, a fim de dar cumprimento aos prazos devidos;
3. orientação à Comissão Permanente de Procedimentos Preliminares e Tomada de Contas Especial e assessoria ao Gabinete desta Pasta, nas matérias afetas à Tomada de Contas Especial, incluindo a elaboração do fluxo de processos de TCE, no âmbito da Secretaria; o oferecimento de curso de Tomada de Contas Especial aos servidores envolvidos diretamente ou interessados no tema; e elaboração de normativo para orientar, definir e padronizar os procedimentos e rotinas da tomada de contas especial da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais;

A Unidade de Controle Interno ampliou ainda mais a quantidade de processos analisados, em comparação ao ano anterior, contribuindo para a boa gestão da Secretaria.

A Secretaria Adjunta da Casa Civil é órgão de assessoramento direto do governador, em assuntos relacionados à coordenação e à integração de ações de governo, na execução de suas atividades. Em 2017, promoveu reuniões de acompanhamento e viabilização das ações de implantação do Projeto Orla Livre, que visa à recuperação ambiental da orla do Lago Paranoá, alavancando o desenvolvimento sustentável de suas potencialidades sociais, culturais e econômicas. Para isso coordenou ações com os seguintes objetivos:

- desobstrução da Orla do Lago Paranoá;
- Iluminação pública instalada na QL 12 do Lago Sul;
- construção de 3 deques de madeira na QL 12 do Lago Sul;
- construção de 14 km (trilha/ciclovía) nas QLS 8, 10 e 12 do Lago Sul;
- trabalhos de recuperação ambiental e paisagismo na APP das QLS 12, 10 e 8 do Lago Sul;
- concurso público do Masterplan, para projeto que contemple arquitetura, urbanização, meio ambiente, mobilidade e paisagismo, em 38 km da Orla;
- implantação do programa Brasília Capital das Águas, que tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioproductiva da população do DF;
- coordenação e acompanhamento das ações para captação de recursos, para o Programa Brasília Capital das Águas, junto ao Banco Fonplata;
- coordenação conjunta com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF -Sema de reuniões sobre o projeto de lei do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE.

À Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica compete o apoio técnico ao desenvolvimento de programas e projetos voltados ao cumprimento de metas e propor metodologias, identificar e compartilhar as melhores práticas e orientar as unidades administrativas da Casa Civil, quanto ao manuseio e atualização do sistema Gestão DF.

Entre outras ações da Assessoria, mereceram destaque:

- o acompanhamento do Acordo de Resultados da Casa Civil 2017/2018;
- a coordenação do Comitê de implantação do Sistema Eletrônico de Informação;
- a coordenação da Comissão do Convênio 01/2016 - Imprensa Nacional;

A Assessoria de Comunicação - Ascom atendeu cerca de 1560 demandas de imprensa ao longo de 2017. Mais de 100 matérias foram apuradas, elaboradas, editadas e postadas pela equipe. Na intranet mais de 500 reportagens, informativos e comunicados foram publicados, o que possibilitou mais de 1500 visualizações por parte dos servidores. No portal da Casa Civil, foram feitos mais de 26 mil acessos e publicação de 387 matérias.

A atualização de informações, os vídeos e as matérias do hotsite Orla Livre, foram realizados pela Ascom e obtiveram mais de 8700 acessos ao longo de 2017.

Nesse período escreveu e editou releases, briefings, notas e avisos de pauta. Também convocou coletivas de imprensa, para a divulgação de ações do Governo e executou planos de comunicação, diagramou diversos produtos, como o caderno de emendas parlamentares, além de orientar e acompanhar os assessorados em entrevistas. Em junho e agosto de 2017, a Ascom ministrou um curso de media training para os secretários e subsecretários da Pasta.

A equipe trabalhou na criação do novo portal da Casa Civil e fez o planejamento, criação, produção e execução de mais de 30 campanhas externas e de endomarketing, com a produção de mais de 200 peças, entre elas, 6ª Doação de Sangue, Divulgação SEI, Dia das Mulheres, Integra Caci, Dia dos Namorados Planetário, Dia do Homem, 7º Jogos do Servidor, Programação Férias Planetário, Celebre 2018, Carta de Serviços.

A Subsecretaria de Articulação Federal - Suafe tem como objetivo principal a articulação dos interesses do Governo de Brasília com o Congresso Nacional e com o Poder Executivo Federal. As atividades desempenhadas, no ano de 2017, referem-se à defesa de assuntos pertinentes ao GDF no parlamento federal e à obtenção de recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares federais. Inicialmente, os projetos legislativos que poderiam reduzir as disponibilidades financeiras do GDF foram monitorados, de forma a impedir, na medida do possível, eventuais prejuízos.

Para aprimorar esse monitoramento, em julho de 2017, foi celebrado, com Confederação Nacional de Indústria - CNI, um termo para uso gratuito do Sistema Legisdata, que disponibiliza a atualização da tramitação das proposições nas comissões do Congresso Nacional, possibilitando a ampliação da quantidade de projetos acompanhados de 120, em 2016, para 519 proposições legislativas em 2017, das quais 80% eram ligadas as questões fiscais e econômicas.

Ao longo de 2017, pode-se citar como exemplos de êxito na defesa dos interesses do GDF a atuação da Suafe, nos seguintes projetos, que permitiram o incremento de receitas:

- Aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 212/2016 (PEC 45/2017, no Senado Federal), que muda o regime especial de pagamento de precatórios para viabilizar sua quitação por parte de estados e municípios. A matéria aprovada se transformou na Emenda Constitucional 99;
- Medida Provisória nº 759/2017, que amplia os instrumentos do governo de Brasília para combater a grilagem de terras e agilizar o processo de regularização fundiária de vários parcelamentos;
- Aprovação do SCD 5/2017, que convalida os benefícios fiscais referentes ao ICMS e permite ao DF conceder os mesmos benefícios fiscais que seus estados vizinhos, o que estimula a competitividade, gerando emprego, renda e impostos no DF. A aprovação do SCD 15/2015 permitiu a reforma do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e melhorou a arrecadação do Distrito Federal; e
- Aprovação do PLS 204/2016, que permite aos estados ceder direitos creditórios a pessoas jurídicas, bem como a do PLP 257/2016, que permite medidas de equilíbrio



fiscal.

A Subsecretaria de Políticas Públicas – SPP assessora o Secretário de Estado na coordenação e articulação político-governamental de programas e projetos do Poder Executivo Distrital. Entre outras, mereceram destaque as seguintes ações:

- Apoio técnico para respostas às demandas oriundas de órgãos de controle;
- Monitoramento da Execução do Plano Integrado de Enfrentamento da Crise Hídrica – PICH;
- Novo Código de Obras e Edificações – COE (Projeto de Lei nº 1621/2017);
- Lei de Uso e Ocupação do Solo – Luos (Projeto de Lei Complementar nº 132/2017); e
- Instituto Hospital de Base do Distrito Federal (Lei nº 5.899/2017).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A fim de cumprir a missão de coordenar as prioridades de governo e de realizar o assessoramento direto, a coordenação e a integração das ações de governo, o acompanhamento da gestão governamental da Administração Pública e da coordenação e articulação político-governamental, a Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal, finda o ano de 2017, no âmbito de sua competência, com excelentes resultados e impactos esperados em cada iniciativa.

Com austera política de redução e de contenção de gastos, com vista ao saneamento do déficit financeiro, mediante gestão racional de recursos orçamentários e financeiros, realizou os dispêndios com vista à consecução dos objetivos e metas traçadas para o exercício, mesmo em face do desequilíbrio econômico-financeiro pelo qual passaram o Estado brasileiro e o Distrito Federal.

Nessa conjuntura econômica, acreditando na retomada do crescimento econômico, projeta-se para o ano de 2018 dar continuidade às ações de apoio e assessoramento direto ao governador e retomar os projetos iniciados.

No novo cenário que descortina o próximo exercício, será acompanhada pela Secretaria a execução de alguns projetos e resultados, destacando-se:

- implantação do projeto Orla Livre e programa Brasília Capital das Águas;
- consolidação das atividades de capacitação (programa Brasília Cidadã e Incubadoras Sociais);
- realização do 2º Fórum Brasília Cidadã;
- consolidação e implantação da Política de Dados Abertos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal;
- promoção do Encontro Popular Governo de Brasília, Comunidades de Migrantes e Associações Regionais; e
- promoção do 4º Encontro Popular Governo de Brasília e Movimentos Sociais - dentro do Fórum Brasília Cidadã.



Os resultados alcançados por meio da articulação da Casa Civil e, fundamentalmente, pelo desempenho das diversas Secretarias e entidades do GDF nortearão a execução das políticas. A Casa Civil atuará no planejamento e desenvolvimento de projetos, no acompanhamento das ações, na supervisão dos trabalhos e na coordenação de programas, sempre em conjunto com os demais órgãos.

Os dados referentes às Secretarias Adjuntas, que têm gestão financeira e orçamentária subordinada à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal, conforme o Decreto nº 36.840, de 26 de outubro de 2015, são de responsabilidade dos respectivos titulares das pastas.

Identificação dos Responsáveis


Nome do Ordenador de Despesas da Unidade Orçamentária: MARIO FERNANDO DE ALMEIDA RIBEIRO

Telefone: (61)3961-4404 e-mail de contato: mario.ribeiro@buriti.df.gov.br

Assinatura: _____


Nome do Titular da Unidade Orçamentária: SERGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

Telefone: (61)3425-4772 e-mail de contato: sergiosampaio2016@gmail.com

Assinatura: _____


RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: AMIM MACEDO QUEIROZ

Telefone: (61)3961-4531 e-mail de contato: amimq@hotmail.com; amim.queiroz@buriti.df.gov.br

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: MARIÂNGELA GAMA DOS SANTOS DIAS

Telefone: (61)99247-0328 e-mail de contato: mariangela.santos@buriti.df.gov.br

Assinatura: _____


RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: CLEITON VIEIRA TORRES

Telefone: (00)3961-1453 e-mail de contato: cleiton.torres@buriti.df.gov.br

Assinatura: _____
